

Documentação museológica para quem tem pressa: o uso das tecnologias nos museus universitários

Documentación museológica para los que tienen prisa: el uso de tecnologías en los museos universitarios

Miria Manoel¹Noris Mara Pacheco Martins Leal²

DOI 10.26512/museologia.v11iEspecial.41425

Resumo

O trabalho aqui apresentado faz uma revisão bibliográfica para identificar o início dos processos de documentação museológica e posteriormente analisando estes a partir das transformações sociais e museais ao longo dos séculos. Tendo como problema de pesquisa surgido a partir da incerteza da Rede de Museus da UFPel sobre qual software seria mais adequado para aplicar um sistema de informatização de acervos em rede, cogitando entre Pergamum e Tainacan, foi realizado uma pesquisa por meio de entrevista com instituições que utilizam uma das duas ferramentas, buscando assim elencar pontos positivos e negativos de cada software. E para melhor evidenciar o uso das tecnologias nos processos de documentação museológica e o uso de softwares, por meio de um estudo de caso, analisa-se como dois museus universitários se adequam a esses processos de informatização de acervos, sendo eles: Museu do Doce da UFPel e Museu de Arte Leopoldo Gotuzzo.

Palavras-Chave

Documentação Museológica; Museu do Doce da UFPel; Museu de Arte Leopoldo Gotuzzo; Pergamum; Tainacan.

Resumen

El trabajo aquí presentado hace una revisión bibliográfica para identificar el inicio de los procesos de documentación museológica y luego analizarlos a partir de las transformaciones sociales y museales a lo largo de los siglos. Teniendo como problema de investigación que surgía de la incertidumbre de la Rede de Museus da UFPel sobre qué software sería más apropiado para aplicar un sistema de informatización de colecciones en una red, considerando entre Pergamum y Tainacan, se realizó una investigación a través de entrevistas con instituciones que utilizan una de las dos herramientas, buscando enumerar los puntos positivos y negativos de cada software. Y para demostrar mejor el uso de las tecnologías en los procesos de documentación museológica y el uso de software, a través de un estudio de caso, se analiza cómo dos museos universitarios encajan en estos procesos de informatización de colecciones, a saber: el Museu do Doce da UFPel y el Museu de Arte Leopoldo Gotuzzo.

Palabras clave

Documentación Museológica; Museu do Doce da UFPel; Museu de Arte Leopoldo Gotuzzo; Pergamum; Tainacan.

Introdução

O presente trabalho faz parte de uma pesquisa mais ampla sobre a área da documentação museológica, a qual tem por objetivo analisar as adequações dos processos de documentação museológica diante do surgimento das tecnologias da informação e comunicação (TICs), bem como as mudanças

1 Possui graduação em Museologia pela Universidade Federal de Pelotas (2021). Atuou como colaboradora em projetos de ensino e extensão do Laboratório de Documentação Museológica da UFPel.

2 Possui graduação em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1991), especialização em museologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2003), mestrado em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2007) e Doutorado em Memória Social e Patrimônio Cultural Universidade Federal de Pelotas (2019). Atualmente é Professora Adjunta do Bacharelado em Museologia da UFPEL, coordena o Laboratório de Documentação do curso, onde são desenvolvidos projetos de ensino, pesquisa e extensão nos diferentes acervos da universidade e da região.

Documentação museológica para quem tem pressa:
o uso das tecnologias nos museus universitários

no pensamento museológico e o uso das TICs como meio de comunicação e gerenciamento de acervos. Propõe ainda identificar e expor os métodos de documentação de dois museus universitários, o Museu do Doce da Universidade Federal de Pelotas (UFPel) e o Museu de Arte Leopoldo Gotuzzo. Além de identificar e analisar programas e softwares adequados e desenvolvidos para o gerenciamento dos acervos dos museus citados.

Na sequência dá-se continuidade ao uso das bibliografias como embasamento para as reflexões desenvolvidas na área museológica. Viu-se a necessidade de abordar alguns marcos históricos de debates desenvolvidos pelos profissionais de museus e pesquisadores. Estes marcos são consequência de eventos e discussões internacionais, como a Mesa Redonda de Santiago do Chile e a Declaração de Quebec, por meio destes consolidou-se a Nova Museologia, usada nesta pesquisa como gatilho no qual instituições museológicas passam a ver o entorno do museu.

Dando seguimento a este processo, analisa-se o surgimento, adaptações e o uso de tecnologias específicas para os processos de documentação museológica. Com base na literatura e também nos estudos de caso, destacam-se a existência de alguns mecanismos digitais que foram utilizados no passado como tentativas de informatização do acervo. Contudo, a pesquisa é direcionada para a atualidade tendo como destaque a criação de um software com base em uma política pública, o Tainacan, e também a adequação do Programa Pergamum, para abrigar acervos museológicos. Além da literatura foi utilizada a metodologia de entrevista estruturada, feita com instituições próximas academicamente e com alguns profissionais, indicados pelos próprios entrevistados. Esta pesquisa foi realizada não com intuito comparativo, mas informativo, buscando destacar pontos fortes e fracos destes softwares e enfatizar os objetivos da rede.

No final é abordado a existência da Rede de Museus da UFPel e o interesse na informatização dos acervos de forma interligada, no qual pondera-se as ferramentas disponíveis no mercado para alcançar este objetivo. Com isso, aprofunda-se na análise do caso de dois museus universitários que fazem parte da Rede. A escolha do Museu do Doce da UFPel, em primeiro momento se dá pelo seu vínculo direto com o curso de Bacharelado em Museologia, e também pelo vínculo extensionista com o Laboratório de Documentação do curso. Posteriormente, a decisão se solidifica pela puerilidade da instituição no campo documental, por ser uma instituição relativamente nova, e a aquisição de seu acervo ser mais recente. O trabalho desenvolvido até o ano de 2018, era pequeno, o que permitiu acompanhar todo o processo inicial desenvolvido.

A escolha da segunda instituição, Museu de Arte Leopoldo Gotuzzo se deu pela dissimetria com o MDU, se trata de uma instituição bem mais antiga. A tipologia do acervo além de mais diversificada, conta também com uma escala bem maior, cerca de quatro mil objetos. Todos estes pontos fazem com que a documentação da instituição não seja tão recente quanto a do Museu do Doce, e tenha certa experiência em acertos e erros, no quesito plataformas digitais, visto que comporta extensa quantidade de dados.

Este estudo busca analisar duas instituições com grandes diferenças, como a tipologia e quantidade de acervo, os anos de atividade, as áreas de atuação, sendo o Museu de Arte Leopoldo Gotuzzo ligado ao centro de artes da UFPel, e o Museu do Doce ligado ao Instituto de Ciências Humanas. Será mostrado como cada um desenvolveu o seu processo de documentação, de forma isolada, em momentos diferentes, destacando o uso de tecnologias como ferramenta facilitadora. Visto que um dos resultados levantados na pesquisa, é que as

tecnologias da informação e sistemas de gestão de acervo propõem agilizar os processos de documentação e busca de informações, ponto este que resultou na criação do título deste trabalho, a agilidade, cabendo ressaltar que o processo de documentação não é algo que deve ser feito de maneira rápida, mas sim com cautela e atenção no recolhimento e organização das informações, entretanto, a busca por estas informações e sua inserção no meio virtual pode e deve ser facilitada com as novas tecnologias.

Documentação Museológica

A origem do termo documentação remonta ao início do século XX. Em 1903 Paul Otlet emprega o termo no artigo *Les sciences bibliographiques et de La documentation*, designando um novo campo de estudo voltado não apenas aos documentos escritos e gráficos, mas também a objetos dotados de “valor documental”. (ORTEGA, 2009: 51).

Silva (2002 apud MARQUES et al, 2019) afirma que no iluminismo surge a busca pela objetividade científica, o que posteriormente formou a denominada sociedade da informação nas instituições museológicas e nos arquivos e bibliotecas. Dentro destes locais os processos de documentação estão embasados “nas práticas de inventariação, conservação e/ou exposição” (SILVA, 2002 apud MARQUES et al, 2019: 61), práticas estas que foram aprimoradas com o passar do tempo, tendo cada área percorrido por um caminho específico.

Durante o século XVIII, surgem grandes museus como o *Louvre*, o Museu do Vaticano e o *British Museum*, e com eles o aumento no número das coleções. Neste contexto são criados os primeiros catálogos e com eles a documentação e os inventários passam a ser vistos como um vetor para a preservação do patrimônio, entretanto, nesta época os meios de pesquisa e difusão eram limitados. “As fichas e livros manuscritos eram geralmente cópias únicas, guardadas pelo responsável pela coleção e com acesso restrito, muitas vezes rasurados com atualizações de informações.” (MARQUES et al, 2019). Estes processos eram comuns até alguns anos atrás, principalmente em museus de arte onde haviam curadores, que detinham todo o conhecimento acerca de determinadas coleções.

De um modo geral, a documentação em museus antes da segunda metade do século XX era realizada sem regras. No plano internacional, em consequência dos conflitos da Primeira Grande Guerra, a primeira experiência de normatização de documentação museológica se deu com a criação da agência *L'Office International de Musées* (OIM), com sede em Paris, que recomendava o emprego de fichas, a padronização de etiquetas descritivas e as classificações normalizadas (CERAVOLO e TALAMO, 2007: 2).

Atualmente entende-se que legalmente a documentação museológica está diretamente ligada à gestão dos museus, e tem como finalidade gerir o acervo desde sua entrada na instituição até a sua exposição, transformando-se em fonte de produção de conhecimento. Para Camargo-Moro (1986: 41) uma instituição deve possuir um bom sistema de documentação, sendo isto possível através de regras e disciplina no método de catalogação. Desta forma identifica-se um padrão que permitirá o acesso de forma prática ao sistema de documentação, assim entende-se que a documentação museológica é a base para o desenvolvimento de qualquer atividade de preservação e difusão do patrimônio.

Documentação museológica para quem tem pressa:
o uso das tecnologias nos museus universitários

Observa-se aqui que, apesar da documentação museológica ser uma atividade que exerce o controle sobre o acervo de um museu, dando conta das especificidades de cada objeto, contribuindo para sua significação e exercendo papel fundamental na sua preservação e difusão, menos da metade de nossas instituições museais possuem algum tipo de sistema informatizado de registro dos seus acervos. (OLIVEIRA-JUNIOR, 2014: 40)

Este processo tem como objetivo conservar e maximizar o uso das informações, bem como ampliar seu acesso. É através da documentação que se promove o contato entre objeto e público. (FERREZ, 1991: 4). Na análise de Barbuy (2008: 37), este contato entre acervo e usuários dos museus se faz pela ampla base de dados informacionais presentes nas instituições, sendo esta composta através de pesquisas e ações de extroversão, realizadas tanto com o acervo quanto com o público. Desta maneira, o Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) viu a relevância nos processos de documentação e determinou alguns pontos relevantes para o processo de documentação (CÂNDIDO, 2006). Deve-se identificar com clareza e exatidão no registro dos dados, bem como uma definição dos campos de informação. É indicado a existência de uma pré-determinação de normas e procedimentos a serem seguidos, assim como um vocabulário controlado. A elaboração de instrumentos para que seja feita a recuperação das informações é sugerida como forma de preservação, assim como uma boa manutenção do sistema, a fim de prevenir perdas de informações.

Considerando a relevância e complexidade do processo de documentação, é indispensável a criação de um sistema apropriado para o acervo dos museus, sendo considerado uma base padronizada que abranja as especificidades de cada instituição. Camargo-Moro (1986) destaca a importância em se ter pesquisas e regras, disciplina no trabalho e atenção, tanto em museus de pequeno porte, onde ela caracteriza o trabalho como artesanal, ou seja, sem o uso de ferramentas tecnológicas como computadores, quanto em grandes instituições, onde é possível encontrar sofisticados sistemas de armazenamento de informações; independente destas características, ressalta a autora, é essencial a organização e uma base bem estruturada.

Em janeiro de 2009, no Brasil é implementada a lei 11.904, onde se encontra uma seção com oito artigos sobre “O Sistema de Museus”. De acordo com o art. 55 e art. 56, este Sistema de Museus é composto por órgãos que estabelecem políticas públicas e dão suporte para os museus, ele está:

configurado de forma progressiva e que visa à coordenação, articulação, à mediação, à qualificação e à cooperação entre os museus. Art. 56. Os entes federados estabelecerão em lei, denominada Estatuto Estadual, Regional, Municipal ou Distrital dos Museus, **normas específicas de organização, articulação e atribuições das instituições museológicas em sistemas de museus, de acordo com os princípios dispostos neste Estatuto.** (LEI 11.904, grifo da autora)

Vemos aqui uma tentativa de solucionar o problema crucial para o processo de documentação, a despadronização em rede dos sistemas documentais. A pouca ou inexistente comunicação entre os museus torna o trabalho privado ou restrito, pois só quem gerencia é quem terá acesso às informações, ou será o único que saberá manusear o sistema. Este tipo de situação é incompatível com a função do museu, sendo ele uma instituição social e pública que tem como dever facilitar a pesquisa e a divulgação. Um sistema de rede, que conecta os museus, seus acervos e informações além de solucionar problemas de comuni-

cação, também pode promover um banco de dados que além de agrupar estas informações disponibiliza ao público, acadêmico ou não, de forma não física. Essa padronização, também é responsável pelo controle e gerenciamento do patrimônio museológico, como é o caso do Inventário de Bens Musealizados. Esta maneira não presencial, e não palpável, além de já ser um modo de conservar fisicamente os objetos musealizados, no momento em que vivemos também se tornou a forma mais segura de seguir.

A museóloga Rose Miranda (2020) salienta em sua tese que é através do processo de documentação museológica que podemos qualificar uma coleção, através da resolução de algumas questões intrínsecas e extrínsecas. As questões intrínsecas costumam ser mais diversificadas de acordo com a tipologia do acervo. Ao considerar as características de uma peça bidimensional ou tridimensional como largura, profundidade e altura, além da descrição dos materiais que a compõem a peça como ferro, papel, madeira, vidro, etc. Já o fator extrínseco tem relação com o contexto ao qual o objeto estava inserido antes de ser adquirido pela instituição museológica, informações sobre sua origem, criação, como foi adquirido, doação ou permuta, qual o contexto de utilização fabril ou domiciliar por exemplo. As informações extrínsecas também abordam o roteiro que a peça percorre durante sua musealização, quem recebeu o objeto na instituição, qual sua identificação seja temporária ou permanente (Registro no livro tombo), por quais setores passou e onde está localizada, se passou por intervenções preventivas ou até restaurações, como uma descrição prévia de como ela estava quando adentrou a instituição e como se situa com o passar do tempo.

Mudanças de perspectivas - Museologia Social

Para melhor análise da nossa proposta de estudo vamos evidenciar a conexão entre os processos documentais criados e desenvolvidos ao longo das décadas, e o período histórico que gerou transformações diretas, no pensamento teórico, na área museológica. O surgimento da Nova Museologia é um marco que desenvolve reflexões em todas as áreas que compõem o Museu, com destaque no processo de comunicação, que permeia todos os processos. A ideia é evidenciar a ruptura do museu elitizado, e surgimento do museu social que além de incluir o meio, também busca dialogar com a comunidade em que está inserido.

Para melhor analisar o desenvolvimento do pensamento museológico, definimos um recorte temporal a partir da segunda metade do século XX. Em concordância com a autora Judite Primo, é neste período, em decorrência principalmente do fim da segunda grande guerra, que a área museológica passa por uma reavaliação das ideias e atitudes, sobretudo a reflexão de museu e sociedade.

Os seminários internacionais e regionais promovidos pela UNESCO entre 1952 e 1992, dedicados ao estudo da função e do lugar dos museus, puseram em evidência o papel das instituições museais como agentes de educação, de inclusão social e de desenvolvimento. (PRIMO, 2007: 123)

A autora destaca a importância da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (Unesco)³ no desenvolvimento dos debates acerca

³ A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência (Unesco) foi criada no ano de 1945. Informações retiradas do site oficial.

Documentação museológica para quem tem pressa:
o uso das tecnologias nos museus universitários

do museu como uma instituição com cunho educativo, além de vetor na prestação de serviços culturais e sociais. Durante este período foram produzidos diversos documentos, advindos de eventos promovidos pela organização, como seminários, mesas redondas, fóruns, etc. Entretanto, neste trabalho só dois serão analisados, devido a sua importância neste tema em específico. O primeiro é o evento fundante deste marco, a Mesa Redonda de Santiago do Chile, ocorrido em 1972. Já o segundo, se trata da Declaração de Caracas, ocorrida em 1992, passados vinte anos, a declaração faz uma releitura da Mesa redonda, com o intuito de atualizar alguns pontos debatidos, através de uma visão do momento. Através deste documento, podemos levantar quatro tópicos a serem observados pelo campo, “a descentralização, a comunicação, a noção de público e a adoção de uma nova relação temporal.” (PRIMO, 2007: 169). Através do novo olhar os museus passam a ser instituições dialógicas, onde a comunicação com o outro é fator primordial. O objetivo era que essa nova maneira de comunicar fosse mais interligada com o momento em que a sociedade vive. O segundo documento citado, produzido em 1992, em Caracas, reafirma as decisões tomadas no encontro de Santiago do Chile, em 1972. E vai além de ratificar as conclusões daquele encontro, apresenta um olhar contemporâneo para os temas. A ideia central das duas conferências é a mesma, o estabelecimento de uma relação mútua entre museu e sociedade, tendo como base a comunicação.

A função museológica é, fundamentalmente, um processo de comunicação que explica e orienta as actividades específicas do Museu, tais como a coleção, conservação e exibição do património cultural e natural. Isto significa que os museus não são somente fontes de informação ou instrumentos de educação, mas espaços e meios de comunicação que servem ao estabelecimento da interacção da comunidade com o processo e com os produtos culturais. (Declaração de Caracas, 1992: 250)

Através desta conceituação, define-se a comunicação como o fator chave para que se estabeleça uma relação social dentro dos espaços culturais. Com a área da comunicação cada vez mais em destaque, através dos debates em fóruns regionais, principalmente, surge um setor responsável pela comunicação e informação, vinculado à Unesco. Com o surgimento de um setor de pesquisa específico para a comunicação museológica, em um âmbito internacional, acaba sendo estabelecida uma relação direta com as TICs. Cabe aqui lembrar que uma das ideias definida pela Mesa Redonda é que o ângulo, o vetor principal que conecte museu e comunidade, ou sociedade, seja a comunicação aberta e democrática, compatível com a atualidade.

A tecnologia da informação e a comunicação museal

Autores destacam o século XX, como o momento de maior relevância, até então, das tecnologias da informação e comunicação (TICs) nos diversos setores da sociedade, sendo elas potencializadoras de novos formatos de comunicação. Algumas críticas sobre o início de inserção tecnológica são feitas, com relação aos primeiros anos de acesso virtual ser restrito a uma parcela social, que resultou na existência de equipamentos com a função de apenas receber informações externas. Esse processo é alterado com a inclusão de novos grupos sociais, que transformam o meio virtual em um lugar “de expressão de ideias e de manifestação da pluralidade e de cidadania.” (PRETTO, 2010). Este processo permite uma democratização, ainda que limitada, do acesso, gerando uma ferra-

menta coletiva e colaborativa de comunicação. (LUCENA, 2016)

Já no século XXI, estamos vivenciando a “era das tecnologias digitais” (ATTALI, 2003). O autor define este contexto como a sociedade do conhecimento. A principal característica atribuída a essa nova era social é a fluidez. As informações contidas e acessadas por esse meio tecnológico são retiradas do meio estático que é o analógico, como o papel e são inseridas em um meio não palpável, mas de fácil acesso e conexões. O principal mecanismo facilitador desta conectividade é a internet. De acordo com o dicionário Aurélio, internet é:

Rede de computadores que, pela troca virtual de dados e mensagens, une esses computadores particulares, organizações de pesquisa, institutos de cultura, institutos militares, bibliotecas, corporações de todos os tamanhos; rede mundial de computadores. (DÍCIO, DICIONÁRIO ONLINE, 2020)

Através desta definição, compreendemos que a internet é um mecanismo capaz de criar um sistema de redes dentro de suportes compatíveis, como computadores, sendo possível transmitir e receber informações. Rose Miranda (2020), aponta para uma perspectiva social, com um olhar sobre as relações humanas de forma profunda e não somente pela questão algoritma. A autora destaca a internet como um instrumento comunicacional, que com sua linguagem e mecanismos promove uma “interação direta entre indivíduo-indivíduo, indivíduo-coletivo, coletivo-coletivo” (MIRANDA, 2020: 99), proporcionando maior aprofundamento nas relações profissionais e pessoais.

Com este avanço social, as instituições museológicas iniciam ações para aderir a este novo meio e conquistar comunidades de usuários. De acordo com Richard Reinehart,

1995 foi um ano decisivo para os museus. Este foi o ano em que os museus começaram a produzir websites em números expressivos e, para a maioria dos museus, essa foi a sua primeira presença on-line em qualquer formato. Os museus eram, e ainda são atraídos pela capacidade da Internet de alcançar um grande número de pessoas - de levar as informações, interações e até mesmo experiências dos museus para além das limitações geográficas e a mobilidade de seus acervos. (REINEHART, 2003, apud MIRANDA, 2020: 93)

Todavia, um museu não se resume apenas a expor e atingir grandes números de públicos. Assim como o meio virtual não serve apenas para a publicação de informações. Deve-se obter um planejamento que permita usufruir deste meio virtual não apenas para expor, mas também para preservar. Ou seja, o planejamento é essencial para ingressar no meio virtual, as informações disponibilizadas devem passar por filtragem. Esta filtragem se faz necessária por exemplo, por questão de segurança, visto que algumas informações sobre a peça, como localização e armazenamento, podem prejudicar a preservação da mesma. Desta maneira, compreende-se a necessidade de ferramentas virtuais que sejam complementares, que sejam um suporte informacional tanto para o público quanto para a instituição.

O uso das tecnologias

Como mencionado anteriormente, o final do séc. XX foi de grande impacto para as instituições museológicas que passaram a agregar os ambientes virtuais (REINEHART, 2003, apud MIRANDA, 2020). Apesar de no primeiro mo-

Documentação museológica para quem tem pressa:
o uso das tecnologias nos museus universitários

mento o interesse ser quantitativo, ou seja, alcançar mais pessoas e ampliar o público, com o tempo percebe-se que este ambiente poderia ser usado para além de expor, como também um facilitador do processo museal, na gestão de informações.

Oliveira (2016) ressalta que os museus, em relação a outras instituições, demoraram para incluir as tecnologias da informação no processo museal. Muitas instituições, apesar de ter acesso a tecnologia, encontraram dificuldades nos processos de informatização dos acervos, quando comparadas às instituições de arquivos e bibliotecas, por exemplo. Com o passar dos anos, alguns softwares existentes são adequados para a organização das informações documentais em plataformas digitais. Dentre eles, o mais utilizado pela criação e edição de textos, é o *Microsoft Word*, utilizado nas versões mais antigas pela gratuidade, sendo possível a inclusão de tabelas e imagens em um só lugar. Pertencente a mesma plataforma, o *Microsoft Excel* também é comumente utilizado pela possibilidade de organizar informações no formato de tabela, permitindo o acesso às informações de forma mais rápida e dinâmica. Outro *software* acessível, mencionado por Miranda (2020), são os repositórios digitais, identificados como uma forma de guardar, organizar e preservar conteúdos digitais que contenham informações.

Ao longo da pesquisa foram encontrados alguns softwares desenvolvidos para documentação de acervos museológicos, que aqui serão destacados neste primeiro momento dois deles que foram desenvolvidos exclusivamente para museus. Seguindo a ordem cronológica, o primeiro citado é o conhecido Donato, Sistema de Informações do Acervo do Museu Nacional de Belas Artes (Simba). Apesar de idealizado na década de 1970, o sistema só foi implementado em 1995, assim que criado o Donato deixa de ser um sistema de uso interno, e passa a ser disponibilizado para todos os museus que o solicitassem, entregue em um formato fechado. O segundo programa, chamado DocMusa BR, foi desenvolvido em 2006, pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias (ULHT - Lisboa/Portugal) em parceria com o Departamento de Museus do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). O DocMusa é criado para ser um banco de dados para acervos museológicos, desenvolvido em fase de teste dentro do *Microsoft Office Access 2000*, em razão da facilidade e gratuidade no acesso (OLIVEIRA, 2016). O objetivo era atender a realidade econômica da maioria dos museus, buscando solucionar os problemas de informatização de forma simples e em um sistema leve. O formato foi pensado para possibilitar futuras migrações a programas mais modernos. Infelizmente este programa não saiu da fase de teste visto que não obteve grande aceitação pelas instituições. Cabe salientar que o programa DocMusaBR foi a primeira tentativa resultante de uma política pública para museus, considerando que a necessidade de informatizar acervos já era antiga.

Pergamum

Como dito anteriormente, os *softwares* para acervos museológicos foram os que mais demoraram para serem desenvolvidos, muito provavelmente pela complexidade dos acervos. Ainda, adequações foram necessárias, não só pelas instituições, mas também pela demanda das mesmas. Alguns *softwares* desenvolvidos inicialmente para instituições de arquivos e bibliotecas, principalmente no setor privado, desenvolveram versões que abrigavam acervos museológicos. É o caso do *Pergamum*, um *software* desenvolvido para o gerenciamento de acervos no âmbito digital, acervos estes pertencentes às bibliotecas, em um

primeiro momento. Anzolin (2009) descreve acerca da história do software, que tem sua criação através de um trabalho final de graduação do Curso de Ciência da Computação do Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas da PUCPR, em 1988, com o principal objetivo de informatizar a biblioteca da PUCPR. Tendo este objetivo alcançado, o sistema despertou o interesse de outras instituições, com isso tem em 1996 a data onde se iniciou o processo de comercialização.

O Sistema *Pergamum* se identifica como uma rede de prestação de serviços para o desenvolvimento de softwares que ampliam o principal objetivo da instituição, a educação. De acordo com o site do *Pergamum*, a plataforma tem atividade em 49 países, em diferentes continentes, entretanto sua origem é totalmente brasileira. O gerenciamento da plataforma é de responsabilidade da Assessoria de Tecnologia da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, sendo pertencente a Associação Paranaense de Cultura.

Para que houvesse um *feedback*, foi criada a denominada “Rede Pergamum”, esta rede formou um espaço de conexão e colaboração, no qual é possível um indivíduo pesquisar sobre objetos existentes em diferentes instituições, utilizando um mesmo *site*. Através desta foi possível padronizar os serviços usados por usuários do *Pergamum*, além de contribuir com a informatização de diversas bibliotecas no Brasil, facilitando a pesquisa dentro do sistema. Entretanto, com um olhar específico para o campo museal, a negatividade se revela pela simplicidade do sistema ao comparar áreas tão complexas, como museus e arquivos, a um sistema feito sob medida para a área da biblioteconomia.

O *Pergamum* aqui recebe destaque por ter sido cogitado pela Rede de Museus da UFPel para implementação nos museus que a compõem, tendo em vista que a universidade já possuía licença e faz uso do programa no sistema das bibliotecas. Entretanto, ao buscarmos mais informações sobre o uso em museus não se obteve grande volume informacional, visto que muitas instituições não receberam o *e-mail* ou não retornaram o contato. Porém, deve ser destacada a participação da Rede de Museus do Paraná, que contribuiu de forma solícita para a seguinte pesquisa, através do relato de sua experiência com a plataforma. Ao longo de sua narrativa, a responsável pelos Museus Paraná, fala que a instalação ocorreu em 2012, sendo um processo complexo, visto que abordavam muitas instituições e muitos profissionais, o que gerava várias opiniões sobre o sistema, principalmente na forma de resistência e receio.

Como já esclarecido, o programa é privado sendo disponibilizado através da compra da ferramenta para uso. Com os museus do Paraná não foi diferente, o estado adquiriu a licença, e desta forma a secretaria de cultura do estado proporcionou o acesso às instituições municipais. Por se tratar de uma rede, com várias instituições conectadas, com diversos tipos de objetos em seus acervos, uma das dificuldades encontradas foi pelo grande volume de dados advindos de diversas fontes, o que dificulta a padronização das informações.

As autoras Ramos, Vasconcelos e Pinto (2014) abordam a normalização, como fundamental no processo digital, pois trabalha sobre a definição de padrões nos vocábulos utilizados, nos sistemas de descrição e organização, pois através dessa normalização a comunicação por meio do sistema torna-se acessível e inteligível. Aos poucos, as especificidades tipológicas de cada museu não foram mais vistas como problema, já que o sistema *Pergamum* conseguiu abranger as especificidades. Entretanto, como usuária e implementadora do software, após a organização das informações, a entrevistada relata ter facilidade no uso do programa para buscas e consultas sobre o acervo. Mas, destaca que outros profissionais e alguns pesquisadores, vêem dificuldade no uso dos filtros, visto

Documentação museológica para quem tem pressa:
o uso das tecnologias nos museus universitários

que são os mesmos utilizados e desenvolvidos para bibliotecas, ressaltando a intenção da empresa em implementar novos filtros mais voltados para os acervos museológicos.

Dentro da Rede de Museus do Paraná, o Museu Histórico de Londrina se destacou pela sua contribuição com a entrevista realizada. A responsável pelo uso da ferramenta na gestão informacional do acervo descreve a inserção da plataforma dentro da instituição. No ano de 2017, a ferramenta é habilitada e inicia-se o processo de uso. Para o melhor desenvolvimento do processo de informatização, a equipe analisou previamente o sistema e elaborou manuais para cada tipo de acervo. Quanto a busca e pesquisa dentro da plataforma, é relatada como funcional, sendo talvez prejudicada pela indexação incorreta de informações, apesar da existência das normas e manuais. O problema pode ser corrigido com revisões.

Por fim, conclui-se que o programa Pergamum proporcionou a rede e ao MHL, maior visibilidade, e ordenação. A segurança das informações sempre foi vista como prioridade, desta forma a plataforma conta com backups rotineiros e o uso do livro tomo. Levando em conta a segurança do trabalho já realizado, não é do interesse da instituição migrar para outros softwares, como o Tainacan por exemplo, sendo trabalhado no capítulo a seguir como uma ferramenta disponibilizada pelo governo federal, por ser um software novo, ele acaba sendo visto, pela responsável pelo MHL, como instável a longo prazo.

Por meio das análises desenvolvidas até aqui, ainda que de forma lenta os museus estão cada vez mais inseridos nos meios digitais, principalmente com sistemas de documentação. Entretanto, o processo ocorre de forma desigual visto que a facilidade na inserção se dá principalmente pelos museus maiores e mais estruturados, sendo deixados de lado aquelas pequenas instituições, os museus de pequeno porte, que muitas vezes não possuem acesso virtual, ou até computadores, fazendo com que estes não acompanhem o processo de informatização.

Tainacan

O Tainacan é um *software* livre, para a criação de repositórios, desenvolvido para guarda, gestão, pesquisa e divulgação de acervos museológicos e coleções. Este software é resultado de um projeto criado a partir de uma iniciativa do poder público Federal, através da parceria entre a Universidade Federal de Goiás (UFG), por meio do MediaLab, e o extinto Ministério da Cultura, em 2014. Este projeto surge com o objetivo de transformar-se em uma referência técnica para a Política Nacional de Acervos Digitais. (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2015). No ano seguinte a sua criação, o Tainacan foi utilizado em projetos piloto, como por exemplo o Afro Digital, um trabalho sob orientação de Antonio Mota da UFPe, que envolveu mais de 22 instituições, e que produziu diversas coleções digitais com foco na cultura afro. Em seu segundo ano de atividade, 2016, o Instituto Brasileiro de Museus decide implementar um projeto de acervos em rede, tendo como base o Tainacan. (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2016).

A partir da utilização mais corriqueira da plataforma, alguns departamentos como a extinta Coordenação-Geral de Cultura Digital da Secretaria de Políticas Culturais do Ministério da Cultura (SPC/MinC), a Coordenação-Geral de Sistemas de Informação Museal do Instituto Brasileiro de Museus e o Laboratório de Políticas Públicas Participativas da Universidade Federal de Goiás (L3P/UFG), se uniram com o intuito de criar um inventário digital, de gestão e

difusão de acervos museológicos, o denominado Tainacan Museus. Este inventário digital surge da necessidade da SPC/MinC de padronizar os processos de tratamento técnico, de digitalização e difusão dos acervos museológicos.

O Tainacan como uma política pública passa a ser implementado no ano de 2016, tendo quatro pilares centrais, descritos por Rose Miranda (2020).

O primeiro pilar garante a instituição que irá adquirir a plataforma que não serão necessárias contribuições monetárias, ou a aquisição de profissionais especializados para implementar ou dar continuidade nos processos de digitalização dos acervos desde o primeiro contato com o software e tampouco posterior a sua utilização. Isto assegura que o repositório não foi criado com viés econômico e não foi desenvolvido para ser uma ferramenta específica para usuários especializados na área de informática, muito pelo contrário possui características simples para facilitar o manuseio.

O segundo eixo abordado pela autora demonstra a autonomia que a plataforma propõe ao usuário/instituição. Como abordado anteriormente, a relação de cada instituição com suas respectivas fichas de catalogação, e todo o processo documental, é única. Cada instituição possui um tipo de acervo e um tipo de público, e a maneira que estabelece a comunicação entre ambos se torna mais relativa por questões sociais, econômicas e também pela ocasionadas pela gestão. Esta autonomia proposta pelo Tainacan, garante ao profissional ou equipe, moldar o sistema de acordo com suas necessidades. Isso atua diretamente na inclusão e exclusão de categorias catalográficas, e uma característica extremamente relevante no meio digital, o que pode ou não ser visto pelo público.

O terceiro fundamento central do Tainacan como política pública é evidenciar a importância que há na comunicação entre o gestor das informações, ou seja, o profissional responsável pelo preenchimento das informações, e o público que terá acesso às informações. Este *feedback* tem sua importância equivalente ao processo de documentação dos objetos na plataforma. Visto que um dos principais pontos da digitalização dos acervos é essa aproximação com o público através do meio digital.

O último eixo evidencia as funcionalidades do meio digital, a fluidez das informações. Além do acesso às informações disponibilizadas na plataforma Tainacan, a reprodução destas informações tem um alcance maior graças ao compartilhamento das mesmas, em diversas redes sociais. Claro, toda essa conectividade pode e deve ser guiada pelas instituições, uma vez que cabe a elas permitir ou não o compartilhamento de determinadas informações.

Como parte da pesquisa, foi realizada uma coleta de informações acerca do uso do *software* Tainacan, tendo como interlocutores quatro instituições museológicas e duas pesquisadoras envolvidas diretamente na implementação do Tainacan pelo Ibram, sendo elas, a Dr.^a Rose Miranda e Ms. Amanda Oliveira, ambas museólogas e servidoras do Ibram. Com estes relatos concluiu-se que o fator principal para escolha do Tainacan como uma plataforma a ser utilizada por todos os museus do Ibram, foi o fato de ser um *software* livre com constantes atualizações, considerando-se outras opções do mercado que demandam recursos financeiros e/ou mão de obra especializada em informática. Ambas destacam a usabilidade da plataforma como simples e maleável, sendo então acessível ao formato específico de cada instituição já que ele é intuitivo e moldável. Rose Miranda ainda ressalta a ilimitada capacidade de uploads e outros arquivos de mídia, o que anteriormente sempre era visto como problema em ferramentas de documentação visto que espaço que esses dados comportam acabava dificultando os programas de trabalharem com eficiência.

Documentação museológica para quem tem pressa:
o uso das tecnologias nos museus universitários

As instituições que participaram desta pesquisa apresentaram relatos bem específicos. Participaram da pesquisa o Museu Histórico da Bibliotheca Pública Pelotense - MHBPP, o Museu da Inconfidência Mineira, o Museu Histórico Nacional e os Acervos Museológicos dos Laboratórios de Ensino de Física da UFRGS- AMLEF. No geral as instituições definiram a instalação e utilização simples, fácil, maleável e intuitiva.

O MHBPP parte de fichas já existentes, embasados nos metadados do Ibram. A instituição optou pelo uso da plataforma de modo privado, sendo usada no gerenciamento e organização das informações. A opção de compartilhamento e divulgação de informação é usada para as informações referentes às exposições do espaço de arte. Já o Museu da Inconfidência disponibilizou seu acervo no final do ano de 2019, junto com a repaginação do site. Através da ferramenta buscaram com êxito a comunicação com o público, tendo grande aceitação. Além disso, outro ponto forte do *software* é a segurança, sendo utilizada a emissão de relatórios e fichas em formato de pdfs.

Ao contrário do MHBPP, o AMLEF relata a ausência de profissionais da área museológica, a utilização do Tainacan inicia sem documentação prévia do acervo, ou seja, a catalogação acontece do zero diretamente na plataforma. A escolha do *software* se dá não apenas pela inexistência de custos, mas também pelo formato livre, sendo passível de atualizações constantes, além do suporte permanente. O formato intuitivo e adaptável foi visto tanto de forma positiva quanto negativa. Considerando o uso das tecnologias disponíveis, identificou lentidão no processo de registro de acordo com os suportes utilizados, como servidor, internet e etc, e por outro lado a facilidade na disponibilização do site para a comunidade externa, o que proporciona destaque para a instituição.

Como último relato, o Museu Histórico Nacional evidencia sua importância para o processo de testes da plataforma, narrando sua experiência como projeto piloto do Ibram para implantação do Tainacan. A escolha se deu pelo número considerável de objetos e pela diversificada tipologia das peças. O primeiro teste se deu pela migração de cerca de 500 itens, para o *software*, contendo completa documentação e inclusão de imagens. Com uma revisão detalhada dos metadados e inclusão de fotos com melhor qualidade a coleção é disponibilizada ao público⁴ um ano depois. Parte do acervo do MHN passou por três sistemas de informatização desde os anos 80, sendo a quarta para o Tainacan, onde se evidencia que a migração ocorreu sem nenhuma perda.

Atualmente a instituição conta com 23 mil itens inseridos na plataforma, sendo escolha da instituição não disponibilizar tudo ao público pela necessidade de revisão. A busca dentro do sistema é satisfatória mas pode ser aprimorada, também, é possível gerar planilhas e pdfs das fichas, o que garante a segurança do sistema no formato *offline* e também possibilita a pesquisa de usuários externos, também, de forma digital. A inclusão de inúmeras fotos para cada peça é destacado como benéfica do ponto de vista da conservação.

Rede de Museus da UFPel

Para entendermos melhor o objeto de estudo deste artigo apresentaremos a Rede de Museus da Universidade Federal de Pelotas, relatando sobre sua origem e seu potencial de conexão entre os museus que existem na instituição de ensino. Aborda-se também o processo de informatização dos acervos mu-

4 Os itens foram divididos em três exposições, sendo elas: "Retratos do Império", "Paisagens cariocas" e "Marinhas - De Martino". Disponíveis em: <https://mhn.acervos.museus.gov.br/>.

seológicos. Logo após destaca o estudo de caso realizado em duas instituições que integram esta rede, nos quais buscou-se retratar os processos adotados por cada um quanto à documentação museológica.

Alguns autores abordam este sistema de rede como “Gestão Integrada” (RAMOS, *et al*, 2014), o objetivo além de agrupar e normatizar informações é também permitir a troca de saberes entre instituições. Assim, no ano de 2017, através de uma iniciativa da Pró-reitoria de Extensão e Cultura (PREC), foi criada a Rede de Museus da UFPel, organizada pela Coordenadoria de Patrimônio Cultural e Sociedade/PREC a partir da discussão com representantes dos museus e projetos de extensão desenvolvidos em instituições museológicas. O Conselho Universitário - ConSun, aprovou o regimento da Rede, em 2017, que determina a estrutura organizacional formada por Coordenação, Secretaria, Comissão Executiva e Conselho Consultivo, este último composto por nomeação através de Portaria do Reitor. Desta maneira, a Rede de Museus da Universidade Federal de Pelotas (UFPel) é um órgão, vinculado a PREC, com a missão de unir os projetos museológicos, museus, acervos, coleções e instituições de memória pertencentes à UFPel. Com o objetivo de implantar uma política para o setor museológico, de maneira a realizar ações que valorizem e gerenciem o patrimônio museológico estabelecendo uma relação com a comunidade, interna e externa. Além de incentivar o intercâmbio científico, cultural e tecnológico entre as instituições existentes. Fazem parte do Conselho o curso de Museologia e o Curso de Conservação e Restauração, que possuem o patrimônio como área de atuação, e os outros 21 assentos distribuídos entre instituições e projetos, sendo eles:

Museu de Ciências Naturais Carlos Ritter;
Museu Arqueológico e Antropológico - MUARAN;
Museu Afro-Brasil-Sul (MABSul);
Projeto de Extensão “Museu da Colônia Francesa”;
Projeto de Extensão “Museu Grupelli”;
Projeto de Extensão “Museu Histórico de Morro Redondo”;
Memorial do Anglo;
Herbário Pel;
Planetário da UFPel;
Fototeca Memória da UFPel;
Núcleo de Documentação Histórica Profa. Beatriz Loner;
Museu das Coisas Banais;
Museu de Arte Leopoldo Gotuzzo (MALG);
Museu do Doce;
Museu das Telecomunicações;
Museus Diários do Isolamento (MuDI);
Centro de memória e pesquisa HISALES – História da Alfabetização, Leitura, Escrita e dos Livros Escolares;
Discoteca L. C. Vinholes;
Laboratório de Ensino e Pesquisa em Antropologia e Arqueologia - LEPAARQ;
Acervo do Choro de Pelotas;
Museu Virtual do Judô.

Documentação museológica para quem tem pressa:
o uso das tecnologias nos museus universitários

O grifo anterior destaca as instituições que fazem parte do projeto desenvolvido pela Rede, denominado Acervos Virtuais. Este projeto ambiciona divulgar os acervos e coleções que compõem o patrimônio universitário, sendo estes de caráter material, imaterial, móvel ou imóvel, ressaltando o interesse de ampliar o acesso, a pesquisa, a comunicação e a preservação, por meio das ferramentas tecnológicas.

Entre o final de 2020 e o início de 2021 os debates acerca da plataforma a ser utilizada para este projeto se intensificam. Considerando o *Pergamum* como uma grande possibilidade de ferramenta visto que a universidade já possui a licença e as interpretações acerca do programa são de maior segurança e confiabilidade, pelas constantes manutenções e atualizações, com isso durante o mês de agosto de 2020 é ministrado um curso para os profissionais interessados, para utilização e ativação do módulo Museus. Concomitante a este processo, no final do mês de julho a universidade permite o acesso ao *wordpress* institucional, às instituições museológicas que tem interesse em aderir ao Acervos em Virtuais. A migração para o *software* ocorreu de maneira natural, bem como a proximidade do Laboratório de Documentação Museológica, pertencente ao Bacharelado em Museologia, com a equipe do Tainacan, o que propiciou o treinamento para o uso da ferramenta.

Desta maneira o projeto acaba surgindo, tendo como base o *wordpress*, fazendo uso do *plugin* do Tainacan. Isso ocorre durante o período que corresponde ao da pandemia causada pela COVID-19, diante da necessidade das instituições de se adequarem às consequências do período, como isolamento social e implementação do trabalho a distância, realizado principalmente por meio virtual. Através deste projeto foi possível reforçar a presença das instituições no ambiente virtual, gerando proximidade com o público. A Pró-Reitoria de Gestão da Informação e Comunicação (PROGIC), investiu neste projeto por meio da criação de um repositório digital, com o intuito de divulgar e fomentar os acervos que são geridos pela Universidade.

Processos de Documentação Museu do Doce e MALG

Aqui são analisados os processos de documentação desenvolvidos por dois museus, vinculados à Universidade Federal de Pelotas. O primeiro museu foi selecionado em razão dos processos de documentação terem sido iniciados recentemente. O segundo tem sua escolha pelo fato de ser um dos mais antigos dentre os museus da UFPel, e por este motivo ter uma grande quantidade de acervo, a maioria já filtrados pelos processos de documentação.

Museu do Doce da UFPel - MDU

O Museu do Doce da UFPel teve sua criação no ano de 2011, através de portaria do Reitor, nº 1930, de 30 de dez. de 2011. Por ser um museu universitário, é visto como guia do saber/fazer acadêmico por meio de iniciativas nos eixos de Pesquisa, Ensino e Extensão. A instituição tem como missão “salvaguardar os saberes e fazeres da tradição doceira de Pelotas e região, bem como, a pesquisa e comunicação desse patrimônio”.

A formulação e estruturação do Museu do Doce, teve como embasamento a pesquisa realizada por professores da universidade para o Inventário Nacional de Referências Culturais - INRC do doce pelotense. Dois anos após sua criação, o Museu abre as portas para o público, sendo que neste primeiro

momento, não contava com uma exposição de longa duração. O primeiro acervo da instituição era o prédio que sediava o museu, desta forma, as primeiras atividades desenvolvidas no local, eram visitas guiadas baseada em pesquisas realizadas na universidade sobre os aspectos arquitetônicos e os diferentes usos da casa. O prédio do Museu situa-se no centro histórico de Pelotas, mas especificamente na praça Coronel Pedro Osório, número 8.

Figura 01: Fachada do Museu do Doce da UFPel.



Fonte: Google Imagens.

Com o passar do tempo, a comunidade passa a conhecer a equipe, o museu, e o trabalho ali desenvolvido, e cria-se uma relação de confiança entre o museu e o meio. Com isso, a comunidade doceira, principalmente, começa a doar objetos à instituição, de forma espontânea. Cabe salientar que antes disso não era realizado um trabalho coordenado de busca e coleta de acervo, pois não era a intenção da gestão naquele momento, fazer busca ativa de acervo. (MANOEL; FERREIRA; LOBATO; LEAL, 2019)

Atualmente, a aquisição de acervos é constante, tanto por doações advindas de pessoas e familiares da comunidade doceira, quanto da comunidade universitária que desenvolve pesquisas na área. Diante disto surgiu a necessidade da organização documental, ou seja, uma ação responsável por organizar o acervo já existente e principalmente um planejamento que prepare o museu para aquisição de novos objetos, mantendo uma conexão com o já adquirido. Desta maneira, foi organizado no ano de 2018 o projeto de ensino “Organização da documentação museológica do Museu do Doce da UFPel”.

Este projeto, representado pela sigla “Doc Doce”, tem como proponente o Laboratório de Documentação Museológica, vinculado ao curso de bacharelado em Museologia pela UFPel. Ao longo dos últimos anos, foram escritos alguns trabalhos destacando as atividades desenvolvidas pelo projeto, entretanto, irei destacar apenas algumas, que estão diretamente ligadas ao setor de registro de acervos.

As três primeiras atividades que se destacam no projeto foram, a continuação do preenchimento do livro de inventário (ainda na forma de rascunho), onde, já havia alguns poucos objetos registrados, os quais foram realizados por alunos da disciplina de Documentação Museológica em suas atividades práticas; a divisão do acervo em coleções, pensadas principalmente em relação ao acervo

Documentação museológica para quem tem pressa:
o uso das tecnologias nos museus universitários

existente e as pesquisas realizadas sobre a produção de doces na cidade; desenvolvidas fichas de catalogação. Foram criadas um total de seis coleções, sendo duas destas compostas por uma subcoleção. Sendo elas: Coleção Doceiras Artesanais, Coleção Casa do Conselheiro Maciel, Coleção Fábricas de Doces Finos, Coleção Feira Nacional do Doce, Coleção Fábricas de Doces de Frutas, tendo como subcoleção a Alcir Nei Bach⁵, e a coleção Confeitarias, tendo como subcoleção a Confeitaria Nogueira⁶.

Para o desenvolvimento de ficha de catalogação adequada ao acervo foram realizados vários 'testes', é necessário destacar a existência de algumas fichas de catalogação, criadas com base em uma ficha antiga, já existente no museu. Foram necessários alguns testes até a confecção de uma ficha de catalogação que abrangesse a necessidade de todo o acervo. (FERREIRA; LEAL, 2019)

Com a definição de uma nova ficha, iniciou o processo de documentação analógico (PINTO, 2009), o termo é designado para atividades práticas de documentação onde o registro é realizado à mão em papéis como fichas e livros tombos. Este processo analógico se inicia através do primeiro contato com o objeto, nisso as peças são identificadas com seu número de registro, e posteriormente têm suas informações reunidas em dois suportes, o livro inventário e na ficha de catalogação. Identificando este processo como a catalogação do objeto, posteriormente a peça é higienizada, como um processo preventivo, e posteriormente acondicionada e considerando a composição armazenada, em uma prateleira ou pasta, este último é restrito aos objetos bidimensionais, como fotografias, documentos, rótulos, etc. Ainda na forma analógica, preenche-se outra ficha, a de localização. Nesta segunda ficha constam as informações de registro do objeto, no caso seu número de inventário, seguido de sua localização, no caso de pastas elas possuem número de identificação, o que facilita a busca por agrupar um pequeno número de objetos dentro de cada. No caso de objetos 3D, deve ser informado o número da estante e a identificação alfabética das prateleiras.

Um outro termo abordado pela autora Pinto (2009) é o objeto digital, que aborda a indexação das informações, anteriormente organizadas de forma analógica, ao ambiente virtual por meio de mecanismos tecnológicos. Nesta etapa todas as informações recolhidas e organizadas são passadas para o sistema virtual. Até o ano de 2019, no Museu do Doce, essa etapa estava organizada em duas vertentes: transcrever as informações de cada objeto tombado nos computadores presentes na reserva, e realizar o registro fotográfico dos objetos e documentos. Para isso foram testadas duas plataformas pertencentes ao Google, sendo o motivo inicial da escolha a gratuidade e disponibilidade no meio digital, para pesquisa e/ou consulta das informações fora daquele espaço, sendo consultada por outras áreas da instituição, como a de exposição, por exemplo, e também por membros da equipe de documentação, através de aparelhos móveis e outros computadores.

A primeira plataforma testada foi o Google Planilhas, que em resumo seria uma versão online e de fácil compartilhamento do Excel. Como diz o nome, neste programa é possível organizar as informações em formato de tabela, na

5 A coleção Fábricas de Doces de Frutas, ganha a subcoleção Alcir Nei Bach em razão da importância do acervo, advindo da pesquisa realizada pelo doador para o estudo das Fábricas. Disponível em: https://wp.ufpel.edu.br/ppgmp/files/2017/05/TESE_ALCIR_NEI_BACH_OUT2017_opt-V.I.pdf. Acesso em 25 de Out. de 2021.

6 A subcoleção Confeitaria Nogueira surge pela importância e tempo de atuação da confeitaria na cidade, sendo a primeira coleção fechada do Museu, visto que todo o acervo relacionado já foi doado pela família.

primeira linha horizontal são organizados os itens das fichas, ou seja, cada coluna é responsável por uma característica da peça, e em cada linha vertical encontra-se um objeto, com todas suas informações organizadas em uma única linha.

Para complementar esta primeira etapa optou-se pelo sistema de armazenamento que é o Google Drive, nele foi possível organizar a planilha-inventário com as informações transcritas, e também as fotografias. As fotos contidas no Drive podem ser classificadas em acervo e não acervo. Por meio das fotos busca-se registrar os objetos que compõem o acervo, para questões de conservação, e também base para pesquisas e trabalhos acadêmicos desenvolvidos. Mas, também fotos referentes aos processos de documentação, eventos e documentos como cópias das fichas, por exemplo.

Após o desenvolvimento dessas etapas, partiu-se para a criação de um manual que auxiliasse a instituição na compreensão das etapas definidas para o processo de documentação, bem como especificações desenvolvidas por meio de pesquisas acadêmicas quanto aos processos de acondicionamento para cada material que compõe o acervo, as especificações de cada ficha e sugestões de preenchimentos para cada modelo. Atualmente o manual não se encontra disponibilizado para consulta fora da equipe, pois segue em constante atualização e reformulação, visto que o processo desenvolvido pelo projeto ainda não se deu por encerrado.

No período compreendido entre o mês de novembro de 2020 e 2 abril de 2021 é realizado um curso com a equipe do projeto Doc Doce, para conhecimento e treinamento do uso do Tainacan. O curso surge por meio de uma parceria entre o Laboratório de Documentação Museológica e a equipe do Tainacan. Com isso o museu inicia testes dentro da plataforma Tainacan, através da adequação dos itens das fichas, de catalogação e localização, em metadados disponíveis no software, posteriormente passando a inclusão das coleções que compõem o museu. Desta maneira a ferramenta começa a ser utilizada com o intuito de gestão de informação, suporte de catalogação, meio de comunicação e divulgação de acervos.

Museu de Arte Leopoldo Gotuzzo - MALG

O Museu de Arte Leopoldo Gotuzzo está vinculado ao Centro de Artes da UFPel, tendo como patrono o artista pelotense, Leopoldo Gotuzzo (1887 - 1983). O museu inaugura em novembro de 1986, contando neste primeiro momento com duas coleções, doadas pelo artista. A primeira foi doada em vida, no ano de 1955 e a segunda no ano de sua morte, através de uma carta testamentária, o acervo se compõe das pinturas do artista, o mobiliário de seu uso e objetos pessoais. (LIZOTT, 2017)

Quanto ao acervo, está dividido em coleções como o MDU, mas em maior escala. Constituído por mais de 3.000 peças, formam sete coleções, são elas: Coleção Leopoldo Gotuzzo, Coleção Escola de Belas Artes, Coleção Faustino Trápaga, Coleção João Gomes de Mello, Coleção Século XX, Coleção Século XXI, Coleção Luiz Carlos Lessa Vinholes. (LIZOTT, 2017)

Como base para análise dos processos desenvolvidos pela instituição utilizou-se como embasamento o trabalho Inventário da Coleção Leopoldo Gotuzzo: Pesquisa, métodos e resultados, desenvolvido pela museóloga da instituição, junto com o manual de preenchimento do inventário, disponibilizado pela instituição, tendo como complemento narrativas da profissional durante a disciplina de Documentação Museológica II, que se desenvolve em parte no museu.

Documentação museológica para quem tem pressa:
o uso das tecnologias nos museus universitários

A funcionária destaca a dificuldade na organização física do material agrupado sobre o acervo, visto a falta de um local específico dentro da instituição para este trabalho. Entretanto, esta tarefa é realizada e conta com a reunião de todos os documentos referentes a um objeto, sendo o processo de identificação, nas listas, feito pela identificação numérica mais recente. Em conjunto com a identificação dos itens em listas mais antigas, propiciou-se a determinação quanto a procedência de grande parte do acervo.

Figura 2: Fachada do Museu de Arte Leopoldo Gotuzzo



Fonte: Google Imagens

Quanto às dificuldades no processo, ela descreve “o fato de o tratamento da informação não ter uniformidade nem uma padronização ou terminologia, e a ausência de um catálogo único que reunisse todo o acervo.” (LIZOTT, 2017), isto acarretou na necessidade do agrupamento das informações existentes, na formação de diferentes processos de registro em conjunto com a determinação de terminologias e normatizações, o que proporcionou a confecção de mecanismos eficientes de pesquisa e acesso das informações em um sistema.

Inicialmente, trabalhou-se com o agrupamento de toda a documentação referente ao acervo encontrada, uma vez que, um dos problemas verificados no diagnóstico foi justamente o fato de não haver um local destinado à essa documentação, de forma que ela estava nos setores administrativo e de pesquisa e entre os documentos que compõem o arquivo histórico do MALG. A busca e união de documentos referentes aos itens do acervo demandaram um certo tempo e abrangeram um período desde 1949 até 2014. (LIZOTT, 2017: 27)

Em primeira instância, a padronização é confeccionada, através de listagens auxiliares, padrões de classificação, e um padrão fotográfico para o registro dos objetos. Para tanto a instituição utiliza como base a Declaração de Princípios de Documentação em Museus (Cidoc-Icom), o Estatuto dos Museus, as resoluções do Ibram, e o Projeto Inventário de Acervos Museológicos, implantado no Museu Mineiro, entre outros. Concomitante a este processo, desenvolveu-se o inventário, partindo do histórico das coleções e organização das informações existentes. Foram desenvolvidas ferramentas para compor o processo documental, como fichas de catalogação. Em um primeiro momento as fichas foram armazenadas em documentos Word, entretanto, foi detectada a dificuldade no

manuseio e segurança das informações, visto que com a sobrecarga de dados, muitas vezes o software corrompia, gerando perda de informações, sendo necessária a reformulação do processo. Posteriormente, a instituição adequou as fichas individuais em formato pdf, e passou a utilizar o formato de planilha de inventário⁷. Onde “é concentrada toda a informação encontrada de forma resumida, em campos que permitem o cruzamento de dados entre as coleções e as diferentes tipologias de acervo” (LIZOTT, 2017). Esta ferramenta mostrou-se adequada principalmente para a necessidade de consulta rápida, pois nela é possível cruzar as informações e também realizar buscas por termos e palavras. Apesar de ser denominada planilha inventário, para sua leveza e praticidade ela é um pouco mais resumida, não agrupando todos os itens da ficha de catalogação. A autora destaca a dificuldade na organização física do material agrupado, visto a falta de um local específico dentro da instituição para este trabalho. Entretanto, esta tarefa é realizada e conta com a reunião de todos os documentos referentes a um objeto, sendo o processo de identificação, nas listas, feito pelo registro numérico mais recente. Em conjunto com a pesquisa dos itens em listas mais antigas, propiciou-se a determinação quanto a procedência de grande parte do acervo.

Quanto à normatização, mostrou-se fundamental para realização de pesquisa e consultas, principalmente pelo fato de cada ferramenta para o processo documental, fichas, planilhas, ter sido desenvolvida especificamente para o acervo do MALG. Como resultado deste trabalho surge a confecção do Manual de preenchimento e uso do inventário, no qual constam as etapas dos processos, e nomenclaturas e normas definidas. De acordo com o manual, todas as informações têm disponibilidade acessível nos computadores da instituição, localizados na reserva, sendo necessária supervisão para consulta. Atualmente o Malg já possui parte da sua documentação na plataforma do Tainacan, sendo a ferramenta utilizada não só para gestão do acervo, mas também para divulgação do mesmo.

Com a implementação do projeto Acervos Virtuais, da Rede de Museus da UFPel, além dos dois museus aqui estudados, outras instituições passaram a utilizar o sistema, estando algumas em fase de teste e outras mais adiantadas. Todavia, das 21 instituições presentes na Rede, 11 destas ainda não se agregaram ao projeto, por motivos de falta de mão de obra para implantar o sistema, principalmente durante este período de isolamento, causado pela COVID-19, mas, também pela falta de suporte tecnológico, como computadores com acesso ao ambiente virtual, sendo esta uma realidade de muitas instituições de pequeno porte. Cabe salientar que o Museu das Coisas Banais apesar de não compor o grupo de museus que foi grifado no início deste capítulo, ele foi o primeiro museu a aderir ao software do Tainacan. Por ser o pioneiro não possui vínculo com o *wordpress* disponibilizado pela UFPel, mas possui o suporte de maneira privada, através da compra da ferramenta, desta maneira não está vinculado ao projeto acervos virtuais.

Conclusão

Este trabalho teve como objetivo analisar o uso das TICs como ferramenta de desenvolvimento social, bem como o caso dos museus na busca por acompanhar as transformações sociais, adequando o uso das tecnologias de informação e comunicação como ponte entre os objetos e suas informações e

7 Não sendo especificado o suporte.

Documentação museológica para quem tem pressa:
o uso das tecnologias nos museus universitários

a comunidade ao qual o museu se insere. É visível a mudança ao longo dos séculos principalmente com as transformações das grandes coleções até os museus sociais, que proporcionaram debates sobre as formas no processo de documentação, bem como o entendimento do objeto como fonte de informação, e a informação como necessidade para comunicação. Destacando principalmente eventos como a Mesa Redonda de Santiago do Chile e a Carta de Caracas, concomitante com os avanços tecnológicos e as tecnologias da informação como um aliado no processo documental e também uma ferramenta de grande relevância para o público conhecer mais o trabalho desenvolvido nas instituições.

Dentro desta pesquisa foi possível identificar o sistema de rede aplicado em duas plataformas, o primeiro com a Rede de Museus do Paraná, que por meio do *Pergamum*, um sistema particular, faz o levantamento dos dados documentais e gerencia de forma padronizada em uma rede estadual. Cabendo aqui uma análise, quanto ao acesso e divulgação feito num formato mais atrativo para pesquisadores, já habituados com sistemas de pesquisa. O segundo, sendo a Rede de Museus da Universidade Federal de Pelotas, faz uso do *Tainacan*, podendo usar como apoio o Laboratório de Inteligência de Redes da UnB. Este além de estar inserido na universidade, compõe o Sistema de Museus do Ibram, que por estar em uma escala nacional, permite uma maior conexão de acervos, visto que interliga mais instituições. A plataforma tem o formato de repositório, intuitivo, prático, e através dele é possível identificar um levantamento de museus que utilizam o software dentro e fora do país.⁸

O estudo de caso sobre os museus universitários, identifica o padrão no processo de documentação, utilização de números de identificação que facilitam a busca das informações, os livros físicos de registro e a criação de manuais para determinação de normas e padrões para o preenchimento das informações, ferramentas que facilitam a transcrição para o ambiente virtual e na utilização do mesmo como ferramenta de busca. Destacou também as semelhanças nas tentativas de inserção no meio virtual, como o uso de *softwares* adaptáveis, apesar das diferenças tipológicas dos acervos e a utilização do *Tainacan* para registro e comunicação dos acervos. Pelo estudo foi possível concluir que o processo de informatização da documentação dos acervos museológicos ocorre de maneira lenta e não democrática. Isto se fez nítido quando abordado sobre *softwares* que são desenvolvidos por museus e ferramentas que acabam sendo adaptadas para o uso documental dentro dos museus. Este processo está diretamente ligado com a escassez de recursos e fomentos por parte governamental, afetando diretamente este desenvolvimento.

A discrepância acaba sendo mais evidente quando comparados museus de grande porte, que contam com o subsídio de universidades federais ou associações possuindo maiores condições e recursos para aquisição de equipamentos atualizados como computadores, impressoras, e acesso a internet, bem como a compra de *softwares* privados, ou parcerias com equipes capazes de criar um sistema próprio, como o caso do Donato. Entretanto, na outra ponta encontram-se museus de pequeno porte, como os museus municipais de cidades pequenas, que pela escassez de recurso financeiro e humano, acabam não tendo computadores ou equipe para realizar o processo. Desta forma alguns acabam promovendo maior desenvolvimento no setor de divulgação e gerenciamento das informações, e outros acabam se desenvolvendo num processo mais lento, e algumas vezes perdendo dados documentais no processo de adequação.

⁸ Informação encontrada no site do *Tainacan*. Disponível em: <https://tainacan.org/casos-de-uso-do-tainacan/>.

Ao longo do tempo foram desenvolvidos softwares para os acervos museológicos, entretanto alguns acabaram não tendo aceitação pelas instituições, o que impossibilitou implementação em grandes proporções. Outras plataformas, principalmente pagas e desenvolvidas para acervos bibliográficos, buscavam se adequar aos novos acervos, mas sem alterar seu formato pensado para livros e mantendo seu interesse privado. Outro ponto evidenciado é que, com o desenvolvimento das tecnologias da informação, as distâncias entre museus e a comunidade ficaram menores, mas ainda está restrita por fatores sociais, já que não são todos que têm acesso ao meio digital. Esse processo de aproximação se dá principalmente pela divulgação que as instituições fazem com as ferramentas virtuais.

Referências

ANZOLIN, Heloisa Helena. Rede Pergamum: História, Evolução e Perspectivas. *Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina*. Florianópolis: Revista ACB, v. 14, n.2, p. 493-512, jul./dez., 2009.

ATTALI, Jacques. *L'Homme nomade*. Paris: Fayard, 2003.

BARBUY, Heloísa. Documentação museológica e pesquisa em museus. In: *Mast Colloquia: Documentação em Museus*. Rio de Janeiro: MAST, v.10, 2008. Disponível em: http://site.mast.br/hotsite_mast_colloquia/pdf/mast_colloquia_10.pdf. Acesso em: 30 de Dez. 2021.

BRASIL. Lei n. 11.904 art.1 de 14 de Jan. de 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/LI1904.htm. Acesso em: 30 de Dez. de 2021.

CAMARGO-MORO, Fernanda. Museu: Aquisição/Documentação. In: *Cadernos de Sociomuseologia*, n. 11, 1998. Rio de Janeiro: Livraria Eça Editora, 1986. Disponível em: <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/316/225>. Acesso em: 30 de Dez. de 2021.

CÂNDIDO, Maria Ines. Documentação Museológica. In: IPHAN. *Caderno de diretrizes museológicas*. 2.ed. Brasília: Ministério da Cultura, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Departamento de Museus e Centros Culturais. Belo Horizonte: p. 33-79, 2006. Disponível em: https://www.sisemsp.org.br/blog/wp-content/uploads/2015/04/Caderno_Diretrizes_I-Completo-1.pdf. Acesso em: 30 de Dez. de 2021.

CERÁVOLO, S. M.; TÁLAMO, M. F. G. M. Os museus e a representação do conhecimento: uma retrospectiva sobre a documentação em museus e a organização da informação. In: Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação. Salvador: 2007. *Anais*. Salvador: PPGCI/UFBA. 2007.

DICIO, D. O. P. Significado de Internet. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/internet/>. Acesso em: 15 de Nov. de 2021.

FERREIRA, Gabriela Gonçalves da Rosa. LEAL, Noris Mara Pacheco Martins. Documentação e Pesquisa Museológica: Coleção Alcir Nei Bach. *Anais da Semana dos Museus da UFPel*. Pelotas: UFPel, p.72-79, 2019. Disponível em: <http://guaiaica>.

Documentação museológica para quem tem pressa:
o uso das tecnologias nos museus universitários

ufpel.edu.br/bitstream/prefix/7007/1/Documenta%C3%A7%C3%A3o_e_pesquisa_metodol%C3%B3gica_cole%C3%A7%C3%A3o_Alcir_Nei_Bach.pdf. Acesso em: 30 de Dez. de 2021.

FERREZ, Helena Dodd. *Documentação museológica: Teoria para uma Boa Prática*. IV Fórum de Museus do Nordeste. Recife: 1991.

ICOM. Declaração de Caracas, 1992. *Cadernos de Sociomuseologia*, n.15. 1999. Tradução Maristela Braga. CCA- Museu Universitário PUCCAMP.

LIZOTT, Joana Soster. *Inventário da Coleção Leopoldo Gotuzzo: Pesquisa, Métodos e Resultados*. Trabalho de Conclusão de curso (Bacharelado em História) - Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas. Pelotas: 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/Arte/article/download/11540/7381>. Acesso em: 30 de Dez. de 2021.

LUCENA, Simone. Culturas digitais e tecnologias móveis na educação. Curitiba: *Educar em Revista*, n.59, p.277-290, jan./mar. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/ijer/a/Mh9xtFsGCs6HRpCWWM5XhvL/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 30 de Dez. de 2021.

MANOEL, Miriã da Mota; FERREIRA, Amanda Gonçalves de; LOBATO, Mariana Brauner.; LEAL, Noris Mara Pacheco Martins. Organização da Documentação Museológica do Museu do Doce. *Anais da Semana dos Museus da UFPel*. Pelotas: UFPel, p.150-156, 2019. Disponível em: http://guaiaca.ufpel.edu.br/bitstream/prefix/7023/1/Organiza%C3%A7%C3%A3o_da_documenta%C3%A7%C3%A3o_museol%C3%B3gica_do_museu_do_doce.pdf. Acesso em: 02 de Out. de 2021.

MARQUES, Gustavo Souza.; LEITE, Renata Lopes.; MUCELI, Tadeus.; AKINRULI, Samuel A. Panoramas, Contextos, Gestão e Práticas em Acervos e Coleções. *Biblionline*. João Pessoa: v. 15, n. 2, p. 56-72, 2019. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/335800890_Panoramas_contextos_gestao_e_praticas_em_acervos_e_colecoes. Acesso em: 30 de Dez. de 2021.

MIRANDA, Rose Moreira de. *Tecendo Novas Tramas Sociais em Itaipu: Proposta de uma Documentação Museal Cidadã*. Tese (Doutorado em Museologia) - Faculdade de Ciências Sociais, Educação e Administração, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Lisboa: ULHT, 2020. Disponível em: <https://pesquisa.tainacan.org/wp-content/uploads/tainacan-items/4329/12795/2020jun01-Tese-RoseMiranda20200604-110746-vicfus.pdf>. Acesso em: 30 de Dez. de 2021.

OLIVEIRA, Renilda Fátima de. *Docmusa: análise do software de gerenciamento de acervos museológicos*. Trabalho de conclusão do curso (Bacharelado em Museologia) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis: UFSC, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/166168>. Acesso em: 30 de Dez. de 2021.

OLIVEIRA JUNIOR, Albino Barbosa de. *Sistemas de Documentação Museológica na Fundação Joaquim Nabuco: Análises e proposições*. Dissertação (Mestrado em Gestão Pública) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Pernambuco. Recife: ATTENA, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/>

handle/123456789/11704. Acesso em: 30 de Dez. de 2021.

ORTEGA, Cristina. Dotta. Surgimento e consolidação da Documentação: subsídios para compreensão da história da Ciência da Informação no Brasil. *Perspectivas em Ciência da Informação*. Ed.: Brazilian Journal of Information Science: Research Trends, vol. 3, nº 1, junho, p.59-79, 2010. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/bjis/article/view/48>. Acesso em: 30 de Dez. de 2021.

OTLET, Paul. *Tratado de Documentação: o livro sobre o livro teoria e prática*. Brasília: Briquet de Lemos. 2018. (Original publicado em 1934). Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/32627/1/LIVRO_TratadoDeDocumenta%C3%A7%C3%A3o.pdf. Acesso em: 30 de Dez. de 2021.

Porto Editora – Word na Infopédia [em linha]. Porto: Porto Editora. Disponível em [https://www.infopedia.pt/\\$word](https://www.infopedia.pt/$word). Acesso em: 30 de Dez. de 2021.

Porto Editora – Excel na Infopédia [em linha]. Porto: Porto Editora. Disponível em [https://www.infopedia.pt/\\$excel](https://www.infopedia.pt/$excel). Acesso em: 30 de Dez. de 2021.

PRETTO, Nelson. Redes colaborativas, ética hacker e educação. *Revista em Educação*. Belo Horizonte: v. 26, n. 3, p. 305-316, dez. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/PCtY6BJVhcXSL6F6wKDpccq/?lang=pt>. Acesso em: 30 de Dez. de 2021.

PRIMO, Judite Santos. *A Museologia e as Políticas Culturais Europeias: o Caso Português*. Tese de Doutorado. Universidade Portucalense Infante D. Henrique. Porto: 2007. Disponível em: <http://repositorio.uportu.pt/jspui/bitstream/11328/584/2/TDE%205.pdf>. Acesso em: 30 de Dez. de 2021.

RAMOS, Joana; VASCONCELOS, Elisa; PINTO, Maria Manuela. As TIC em Museus: mais um passo para a convergência? *PÁGINAS a&b*. S.3, I. 2014. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/84942/2/93477.pdf>. Acesso em: 30 de Dez. de 2021.

Recebido em janeiro de 2022
Aprovado em maio de 2022